
O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS DE 4 A 5 ANOS

THE DEVELOPMENT OF TEACHING AND LEARNING OF LIBRAS FOR DEAF CHILDREN 4-5 YEARS

Gabriela Carvalho Máximo³⁵

RESUMO

O trabalho apresenta uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem para crianças com surdez, abordando a faixa etária de 4 a 5 anos. Atualmente as unidades de ensino estão recebendo uma diversidade de alunos, crianças e pessoas que possuem algum tipo de deficiência, sendo uma realidade que faz parte da sociedade e da história. A surdez é uma das mais conhecidas nas instituições e embora seja uma questão atual, ainda é um desafio para a sociedade entender como trabalhar com crianças que possuem essa deficiência no processo da pré-alfabetização. Julga-se necessário apresentar fenômenos e documentos que subsidiam o entendimento de como procedeu o desenvolvimento evolutivo do processo de aprendizagem de crianças surdas. Em linhas gerais a pesquisa, analisa as causas da surdez e seu impacto na convivência social escolar das crianças tanto com os educadores quanto com os colegas, pois, quando se percebe que é um processo de inclusão pode gerar polêmicas dentro do contexto de determinadas legislações. Pode se observar que isso é alvo de importantes discussões no Brasil desde o Período Imperial e muito questionado no mundo desde a Antiguidade, estendendo-se até aos dias atuais. Utilizou-se para este trabalho pesquisas bibliográficas em livros, artigos, sites relacionados ao tema. O trabalho foi elaborado a partir dos estudos e reflexões realizadas.

Palavras chave: Aprendizagem. Ensino. Inclusão. Surdez.

ABSTRACT

The work features a reflection on the process of development of teaching and learning for children with deafness, approaching the age group of 4 to 5 years. Currently the units of education are receiving a diversity of students, children and people who have some kind of disability, being a reality that is part of society and history. Deafness is one of the most known in the institutions and although it is a current issue, it is still a challenge for society to understand how to work with children who have this deficiency in the pre-literacy process. It is considered necessary to present phenomena and documents that support the understanding of how the evolutionary development of the learning process of deaf children proceeded. In general terms, the research analyzes what causes deafness and its impact on children's social coexistence with both educators and their colleagues, because when it is perceived that it is an inclusion process it can generate controversy within the context of certain legislation. It can be observed that this has been the subject of important discussions in Brazil since the Imperial Period and much questioned in the world since Antiquity, extending to the present day. Bibliographical researches in books, articles, websites related to the. The work was based on studies and reflections.

Key Words: Learning. Teaching. Inclusion. Deafness.

³⁵ Pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás, campus Quirinópolis (gabimaximo86@gmail.com).

INTRODUÇÃO

Atualmente, procura-se diminuir as barreiras sociais entre os povos de maneira geral e entender as inúmeras transformações que cada grupo de pessoa pode promover. Dessa maneira, antes de conhecer determinados resultados que vem ocorrendo ao longo do tempo no sentido educacional na área da surdez, é de grande importância conhecer o significado de surdez bem como seu processo histórico em alguns locais do mundo e no Brasil. É isso, que o presente trabalho aborda de forma contextualizada no âmbito histórico, geográfico, cultural e social na qual envolve a temática sobre a surdez.

Diante dessa realidade a pesquisa, apresenta o seguinte questionamento: Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem para crianças surdas na faixa de 4 a 5 anos nas unidades de ensino que receberam esse público? Foi investigado as causas da surdez e o processo histórico, cultural e social das comunidades surdas desde a Antiguidade até os dias atuais, além de pesquisar inúmeros documentos de grande relevância para entender o desenvolvimento educacional para esse público que envolve lutas, dificuldades e conquistas.

A pesquisa teve os seguintes objetivos: Observar os métodos utilizados pelas instituições de ensino para o processo de ensino e aprendizagem das crianças surdas; analisar a história da educação dos surdos no Brasil e em alguns países; especificar o significado de surdez; apresentar os meios que foram necessários para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos surdos nos dias atuais.

Justifica-se pela escolha do tema uma vivência pessoal, a experiência com a disciplina de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS apresentada na universidade, e a necessidade de compreender o desenvolvimento pedagógico das crianças surdas nas instituições de ensino após a mudança da Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996, onde exige que a criança inicie seus estudos aos 4 anos. Essa mudança se deu a partir do ano de 2013, fazendo com que várias unidades de ensino se adaptassem (ou ao menos tentassem) recebimento desse público. Não podendo deixar de incluir as crianças com deficiência e no caso da surdez, necessitando ter a presença de um professor intérprete para o acompanhamento desse público. No decorrer do trabalho será discutido se isso realmente vem ocorrendo de forma satisfatória no âmbito educacional pré-escolar.

O capítulo I, aborda o significado da surdez enquanto deficiência, diagnóstico e graus em decibéis, pois, é de suma importância analisar como ocorre o funcionamento de um dos cinco sentidos que fazem total diferença cognitiva para o indivíduo no caso a audição. É tratado sobre o significado, causas, graus e diagnósticos da surdez, bem como a apresentação da

fisiologia da audição para melhor entendimento de como funciona o ouvido anatomicamente. Ainda é contextualizado o desenvolvimento histórico da educação dos surdos que ocorreram ao longo da história em algumas localidades do mundo

Iniciando na Antiguidade caracterizando como as principais civilizações lidava com as pessoas surdas da época, abordando Grécia Antiga e Roma Antiga, além de citar Aristóteles um grande filósofo grego apontando sua opinião sobre o sentido da audição para o processo de ensino e aprendizagem.

Neste capítulo ainda é especificado como era a realidade dos surdos na Idade Média, onde a igreja católica tinha uma influência extremamente considerável sobre a sociedade e sobre o processo educacional, além de citar vários pontos importantes da Idade Moderna onde não só a igreja vai ficar preocupada com a socialização dos surdos, mas a medicina vai tentar métodos de diagnósticos e aplicar a ciência para algumas descobertas em relação a surdez.

Na Idade Moderna ainda não é possível falar de inclusão, mas há vários trabalhos realizados com padres em mosteiros através do Voto de Silêncio, onde inicia uma certa pedagogia envolvendo sinais ou mímicas. Descreve a realidade da Idade Contemporânea a partir da Revolução Francesa, onde ocorre dois grandes congressos que farão a diferença no âmbito educacional, social, econômico, político e cultural das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, tendo como destaque o II Congresso de Milão de 1880 no qual propôs a volta da oralidade abolindo totalmente o uso da língua de sinais.

O capítulo II apresenta o processo histórico da chegada da educação dos surdos no Brasil, ainda no período do Brasil Imperial, as várias vertentes que são utilizadas para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos surdos como o Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Este capítulo trata-se de leis e decretos criados no Brasil para o desenvolvimento inclusivo dos surdos tanto na sociedade quanto no âmbito escolar. A lei mais conhecida é a Lei 10.453 do ano de 2002 conhecida como Lei de Libras, que propôs grandes avanços para a comunidade surda e reconhecendo como língua oficial dos surdos do Brasil. Vale ressaltar o decreto 5.626 do ano de 2005, que regulamentou de forma sistemática a Lei de Libras, incluindo-a em várias instituições e cursos como de professores e fonoaudiólogos.

O capítulo III, apresenta como alguns autores afirmam desenvolver um processo de ensino e aprendizagem positivo para crianças ainda na fase da Educação Infantil, além de citar alguns métodos utilizados para esse fim podendo assim ajudar no processo de alfabetização, trazendo exemplos de jogos e brincadeiras para os pais e professores.

1 CONHECENDO E DISCUTINDO SOBRE A SURDEZ

Para analisar o processo de desenvolvimento dos surdos, é importante fazer um breve estudo de algumas questões importantes que proporcionaram conhecimentos e diversos acontecimentos relacionados a surdez. Alguns registros de pesquisadores apontam uma preocupação em apresentar os esforços da medicina e de determinadas metodologias educativas para tentar proporcionar aos surdos acessibilidade e inclusão. Dessa forma, julga-se necessário entender a importância de algumas questões relacionadas a surdez como será apresentada a seguir.

1.1 Significado, causas da surdez e fisiologia da audição: curiosidades e explicações

O termo surdez, muitas vezes é empregado para designar qualquer tipo de perda auditiva, seja ela considerada parcial ou total da audição. Para Santos; Lima e Rossi (2003, p.71), a audição é considerada a via ou o canal pela qual o indivíduo tem a capacidade de estar conectados com o considerado mundo sonoro e com algumas estruturas da língua falada, que possibilitam a aquisição pelo aspecto oral, no qual dá acesso ao considerado principal meio de comunicação do homem, bem como possibilitar o acesso à leitura e a escrita. A audição influencia nas relações sociais, interpessoais e emocionais do indivíduo.

O conceito de surdez não se restringe apenas a sua forma cultural e linguística, mas também o aspecto físico no âmbito sócio-antropológico, Costa e Reis, apud Silva (2009) apresentam a definição de uma pessoa surdas como:

[...] aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem. (COSTA; REIS, apud SILVA, 2009 p.15).

A surdez, é um comprometimento considerado sensorial que acarreta limitações para a detecção e percepção dos sons, fazendo com que os indivíduos tenham problemas cognitivos, culturais, linguísticos e sociais. O surdo é considerado diferente pelo modo distinto de desenvolver suas capacidades psicossociais e adquirir uma língua que os fazem como seres de uma determinada cultura.

A surdez pode ser causada no período pré-natal que corresponde ao período gestacional, onde fatores provenientes a determinados tipos de doenças que podem ser adquiridas pela mãe durante esse período, como toxoplasmose, citomegalovírus e rubéola. Dessa forma, as causas pré-natais, são provocadas por fatores genéticos, alterações endócrinas e bacterianas, hereditários. No período perinatal, que corresponde ao momento do parto, a

surdez pode ser provocada por partos prematuros, anóxia e o uso inadequado de fórceps. O período pós-natal, corresponde aos posteriores ao nascimento, onde pode ocasionar fatos que são vivenciados ao longo da vida do indivíduo, como infecções bacterianas, trauma, caxumba, meningite, sarampo, ruídos, acidentes.

Fatores causais, genéticos ou adquiridos são identificados em cerca de 70% das perdas auditivas. A heterogeneidade etiológica é imensa. As causas adquiridas incluem meningite, rubéola materna e outras infecções virais, exposição intra-uterina à talidomida, hipoxia, icterícia neonatal, infecções do ouvido médio, traumatismos e tumores cranianos, especialmente envolvendo a região temporal, certos diuréticos, salicilatos e drogas antineoplásicas e antibióticos aminoglicosídeos (estreptomicina, gentamicina, neomicina e outros). A herança mitocondrial (transmissão apenas por mulheres) parece implicada na suscetibilidade à ototoxicidade induzida por aminoglicosídeos. (DUARTE; SILVA, 1995, p. 16).

Percebe-se que há inúmeros fatores que causam a surdez, desde a gestação da criança até a sua vivência cotidiana. Porém, devido a esses fatores os números apontam que é durante a gestação que ocorre maior incidência de casos que ocasiona o desenvolvimento da surdez nos indivíduos, pois pode ocorrer de variadas formas, para Duarte e Silva:

Mais de 200 formas de surdez genética são conhecidas. A surdez pode ocorrer como anomalia isolada ou apresentar-se associada a uma variedade de outros defeitos, compondo quadros clínicos de síndromes genéticas. Cerca de 30% dos pacientes com surdez hereditária apresentam síndromes específicas; nos restantes 70%, a surdez é isolada, não síndrômica. A maioria dos tipos de surdez hereditária, síndrômicos e não síndrômicos, resulta de mutações gênicas simples. O padrão autossômico recessivo de herança está envolvido em mais de 75% dos casos; a herança dominante responde por 10 - 20% dos casos [...]. (DUARTE; SILVA, 1995, p. 17).

Mediante a essas informações, deixa claro que as condições genéticas são de grande importância para o desenvolvimento da surdez. Segundo Duarte e Silva (1995) na opinião da medicina “a surdez é uma condição patológica”, e que muitos casos em vários países e principalmente nos Estados Unidos muitas pessoas surdas não se consideram um grupo separado, tendo suas crenças, valores e padrões. Não se sentindo deficientes, mas apenas diferentes, no qual muitos surdos se opõem a estratégias médicas e não desejarem serem “curados” tanto da patologia e deixarem sua linguagem de sinais.

A audição tem grande importância para o desenvolvimento do ouvinte no campo social e individual, e o sistema auditivo se dá através de três estruturas que o compõem: o ouvido interno, o ouvido médio e o ouvido externo, no qual cada um tem uma função específica para a captura do som, como pode-se notar na imagem a seguir:

FIGURA 1: AUDIÇÃO HUMANA



Fonte: <https://www.anatomiadocorpo.com/aparelho-auditivo/2019>

Para Alves (2012, p. 78 e 79) o ouvido externo faz a coleta do som e transporta por meio do chamado pavilhão auditivo e por ele passa as ondas sonoras para a parte interna sendo o ouvido médio e nessa parte a vibração do ar pressiona os tímpanos que são responsáveis por transmitir essa vibração para o martelo, bigorna e estribo. Essas três partes são presas por músculos, tendo por função se movimentarem para colaborar no transporte das ondas sonoras até a parte interna do ouvido. Justamente nesta parte as ondas sonoras passam por um processo de transformação em impulsos nervosos e são transmitidos a parte cerebral ocorrendo a percepção do som. Dessa forma, no ouvido interno é de grande importância, pois nessa parte estão situados a cóclea que é uma “estrutura que tem o tamanho de um grão de feijão e o formato de um caracol, os canais semicirculares (responsáveis pelo equilíbrio) e o nervo auditivo” (BRASIL, 2006, p.14).

É nessa parte do ouvido, na cóclea que o processo de decodificação é finalizado produzindo a sensação sonora e essa medição é feita em decibéis. Qualquer modificação nessa estrutura pode ocasionar a perda ou variação de capacidade de captar sons e sua intensidade, podendo ser provocada de forma natural ou pela exposição a ruídos altos, conforme afirma Alves:

É na cóclea que se inicia o processo de decodificação dos estímulos auditivos que é finalizado nos centros auditivos do cérebro, que decodificam a mensagem recebida e produzem a sensação sonora, comumente chamada de som. A medição auditiva é feita em decibéis (dB), onde a audição se configura como normal quando tem seu limite situado entre a faixa de 10 a 26 dB, e a percepção auditiva entre as frequências de 20 a 20.000 (Hz)³, se alterando de acordo com a idade. O processo descrito constitui o ato sonoro, e qualquer alteração nas estruturas mencionadas modifica a capacidade de ouvir e acaba por sua vez, a constituir como uma perda de audição que pode variar conforme sua intensidade. A perda ou redução auditiva, pode ocorrer de forma natural ou provocada pela exposição prolongada a altos níveis de ruídos, se caracterizando pelo seu grau de severidade, que pode culminar na surdez, tema do próximo tópico. (ALVES, 2012, p. 79-80).

Pode-se notar, que a fisiologia do ouvido é bem específica e de suma importância para a captação do som e a impossibilidade do indivíduo de ouvir, pode ocorrer devido a vários fatores e isso pode ser variado através de graus e tipos de surdez, pois ela é classificada para que os diagnósticos sejam precisos e para diferenciar determinados tipos de tratamentos como será colocado a seguir.

1.2 Graus de surdez e diagnósticos

A medida em decibéis (dB), é realizada através do audiômetro, pois através dele a perda auditiva é classificada mediante a grau de intensidade. O audiômetro é um “instrumento utilizado para medir a sensibilidade auditiva de um indivíduo” (BRASIL, 2006), através dele é possível fazer alguns testes para se obter o resultado da classificação da surdez. O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000 apresenta nas suas disposições preliminares no capítulo I no art. 20 que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2002, p. 01).

Há uma variação da percepção auditiva, e a classificação é considerada entre: normal, leve, moderado, severo e profundo mediante a contagem de dB. Essa classificação auxilia o docente para elaboração de planejamentos nas unidades de ensino. A surdez pode ser classificada como unilateral e bilateral conforme afirma Alves (2012, p. 83): “A surdez, também é classificada como, unilateral, quando está presente em apenas um dos ouvidos, e como bilateral quando é apresentada em ambos os ouvidos”.

Os tipos de surdez estão associados mediante a localização da lesão, no caso da condutiva podem ser reversíveis após tratamentos com medicamentos ou cirurgias conforme afirma Santos; Lima; Rossi (2003, p.36):

Causada por uma alteração que ocorre na orelha externa (meato acústico) e/ou média (membrana timpânica, cadeia ossicular, janelas oval e redonda e tuba auditiva). Na avaliação audiológica básica, os limiares tonais por via aérea estão alterados, enquanto por via óssea encontra-se normais. Nesse tipo de perda o índice de Reconhecimento da fala está em torno de 100% de acertos. (SANTOS; LIMA; ROSSI, 2003, p. 36).

Nesse caso, está relacionada ao ouvido externo e médio, onde podem ser desenvolvidas por algumas patologias. No caso das perdas auditivas relacionadas ao ouvido interno associadas a cóclea é considerada como neurossensorial, não sendo reversíveis e causa danos em células sensoriais e não se reconstituem ou regeneram, e para esse tipo específico de surdez não há tratamento Santos; Lima; Rossi (2003, p.36) enfatizam:

Causadas por alterações que afetam a cóclea e/ou nervo auditivo. As causas que levam este tipo de perda são múltiplas e de difícil diagnóstico. Na avaliação audiológica básica, podemos observar limiares auditivos por via aérea e óssea alterados e equivalentes. Portanto, não há gap entre eles. O índice de Reconhecimento da Fala encontra-se alterado, e pior será quando maior for a perda auditiva.

Sua causa comum é relacionada a meningite e a rubéola materna. Outro tipo de perda auditiva é a mista que sofre alterações no ouvido externo ou no médio e também pode ser presente no ouvido interno. Sendo condutivas e sensorineurais que estão relacionados principalmente a fatores genéticos:

São perdas auditivas que apresentam características condutivas e neurossensoriais. Encontraremos limiares alterados tanto na via aérea quanto na via óssea, mas não equivalentes, há um gap entre eles. Os resultados do Índice de Reconhecimento da Fala são bons, porém prejudicados em relação a audição normal ou à perda condutiva, pela presença do componente neurossensorial. (SANTOS; LIMA; ROSSI, 2003, p. 36).

Relacionando com outras classificações a surdez pode ser definida quanto ao seu período de aquisição, em congênita ou adquirida, segundo Alves (2012): “Como congênita, conceitua-se a perda auditiva presente desde o nascimento, ou seja, o indivíduo já nasce surdo. O tipo de surdez definido como adquirida se refere aquela que o indivíduo adquire no decorrer de sua vida”. Independente do grau ou do caso, o diagnóstico é fator determinante para a intervenção imediata através métodos e materiais relacionados às Necessidades Educativas Especializadas. Sobre o diagnóstico o que é mais utilizado é a prática da triagem através do chamado teste da orelhinha, segundo Alves (2012, p. 75):

Apesar da difusão da prática da triagem pelas omissões otoacústicas, popularmente chamada de teste da orelhinha, a detecção da surdez em crianças pequenas ainda é algo raro, o fato de ser um “problema” não-visível sem sintomas e sinais, a surdez acaba por passar despercebida, o que dificulta o atendimento educacional a ser realizado posteriormente com esses alunos.

Para a autora, alguns métodos são necessários para que a surdez não passe despercebida ao longo da vida do indivíduo, pois a utilização de materiais e métodos específicos fazem toda diferença no processo de aprendizagem e socialização, desde que seja diagnosticado o mais rápido possível. Porém, ao longo da história muitas pessoas não entendiam como lidar e relacionar com as pessoas com deficiência auditiva, por não entenderem determinados fatores e pela ignorância de conhecimentos sobre os indivíduos.

1.3 Breve Histórico da Educação dos Surdos da Antiguidade ao início do século XX

Na trajetória histórica do processo educacional e social dos surdos perfez um árduo caminho que teve muitas barreiras a serem vencidas e não apenas para a surdez mas em outros âmbitos relacionados a deficiência.

A Antiguidade é um período histórico que inicia em 4000 a.C. até 476 d.C., sendo caracterizado por vários impérios e dominações; e as pessoas com deficiência nessa época eram praticamente rejeitadas.

Um dos grandes exemplos a serem citados segundo Silva (1987), na Roma Antiga muitos eram autorizados pelo Estado para sacrificar seus filhos que haviam nascidos com qualquer tipo de deficiência, não sendo diferente em Esparta na Grécia, onde os bebês que nasciam eram lançados no mar ou em algum precipício, sendo sempre tratados com indiferença.

Silva (1987) afirma que tal segregação não ocorreu com os deficientes na cidade de Atenas na Grécia devido a influência filosófica de Aristóteles, porém, segundo Honora (2009) Aristóteles considerou como o órgão mais importante para o processo de ensino e aprendizagem o ouvido: “Certa vez, Aristóteles afirmou que considerava o ouvido como o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o Surdo fosse visto como incapacitado para receber qualquer instrução naquela época” (p.19). Através dessa afirmação, pode-se deduzir que Aristóteles não viam com bons olhos o surdo para o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Silva (1987) na Grécia Antiga, especificamente em Esparta o militarismo prevalecia, muitos ficavam deficientes mediante a campos de batalhas e os espartanos tinham um tratamento com os deficientes, pois avaliavam desde o nascimento até o crescimento. No Egito os deficientes eram abandonados as margens dos rios ou locais sagrados e na Roma

Antiga a utilização de algumas pessoas para a prostituição e o desenvolvimento do comércio prevalecia.

[...] cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividade dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes. (SILVA, 1987, p.130).

Era uma realidade que não se pode negar na sociedade na Era da Antiguidade em vários locais do mundo e de forma trágica. E a surdez não era bem vista, pois o ser humano que tinha alguma deficiência auditiva não era considerado humano pois a fala era resultado do pensamento. Para Honora (2009, p. 19):

Na Antiguidade, a educação dos Surdos variava de acordo com a concepção que se tinha deles. Para os gregos e romanos, em linhas gerais, o Surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava não era humano. Não tinham direito a testamentos, à escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes.

Durante um longo período até a chegada da Idade Média, os surdos foram excluídos do processo de alfabetização. Na Antiguidade a educação do Surdo era diferente de acordo com a concepção de cada povo.

No período Medieval caracterizado do ano de 476 a 1453, houve uma grande influência da igreja católica, para Silva (1987) era uma época embasada na caridade e amor ao próximo, principalmente no sentido do perdão das ofensas relacionado a Confissão para todos os deficientes, porém não poderiam torna-se sacerdotes:

[...] já nos chamados Cânones Apostolorum, cuja antiguidade exata todos desconhecem e que, no entanto, foram elaborados no decorrer dos três primeiros séculos da Era Cristã, existem restrições claras ao sacerdócio para aqueles candidatos que tinham certas mutilações ou deformidades. (SILVA, 1987, p. 166).

Houve uma certa mudança no pensamento da sociedade em relação aos deficientes e com relação a surdez, a igreja partiu com a primeira iniciativa de educar os surdos, através de gestos que alguns monges desenvolveram através de um voto:

Os monges que estavam em clausura, e haviam feito o Voto do Silêncio para não passar os conhecimentos adquiridos pelo contato com os livros sagrados, haviam criado uma linguagem gestual para que não ficassem totalmente incomunicáveis. Esses monges foram convidados pela Igreja Católica a se tornarem preceptores dos Surdos. (HONORA, 2009, p. 19).

Foi com a colaboração dos monges que a igreja passou a instruir os surdos, porém, isto se privava apenas aos surdos nobres, pois assim, possuiriam uma linguagem que poderia ser

compreendida, podendo assim recitar os sacramentos da igreja, mantendo um vínculo e continuando a contribuir financeiramente.

Na Idade Moderna o mundo europeu abandonou os costumes deixados pela igreja católica depois de mais ou menos um milênio de influência dessa instituição e com isso houve várias mudanças no âmbito das pessoas com deficiência, pois [...] “alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião dos pobres, dos enfermos enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais e mentais”. (SILVA, 1987, p. 226)

Os Surdos tornaram-se alvo da medicina e da religião católica até o século XV. No fim da Idade Média que o Surdo começa a ser integrado à sociedade, mas essa integração não significava inclusão. Foi a partir do século XVI que surgiram os primeiros educadores de Surdos. Segundo Honora (2009).

Um deles foi o médico, matemático e astrólogo italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), cujo primeiro filho era Surdo. Cardano afirmava que a surdez não impedia os Surdos de receberem instrução. Ele fez tal afirmação depois de pesquisar e descobrir que a escrita representava os sons da fala ou das ideias do pensamento. (p.20)

Outro educador desta época foi Pedro Ponce Leon, um monge praticante do voto do silêncio, que usava linguagens de sinais rudimentares, que recebera no mosteiro dois membros de uma família espanhola que eram surdos, e juntos deram origem a Língua de Sinais. Conforme diz Honora (2009):

Ponce de Leon foi tutor de muitos Surdos e foi dado a ele o mérito de provar que a pessoa Surda era capaz, contrariando a afirmação anterior de Aristóteles. Seus alunos foram pessoas importantes que dominavam Filosofia, História, Matemática e outras ciências, o que fez com que o trabalho de Leon fosse reconhecido em toda a Europa. (p.20)

As famílias nobres que possuíam herdeiros surdos começaram a se preocupar em educá-los, pois, seus primogênitos só poderiam receber a herança se soubessem falar. Entretanto, em 1620 o padre espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633), desenhou o primeiro alfabeto manual, porém o método utilizado ainda era a oralidade, como também propunha o holandês Van Helmont (1614-1699).

O século XVIII foi um marcante na educação dos Surdos. Foram criadas várias escolas destinadas na formação educacional destas pessoas. Charles-Michel de L'Épée (1712-1789), foi um grande educador desta época, ele defendia o uso da Língua de Sinais, ela poderia ser usada na comunicação entre os Surdos. Para a autora Honora (2009) L'Épée foi considerado o

pai dos surdos devido ao seus grandes feitos realizados para a educação pedagógica de algumas pessoas com deficiência de seu tempo:

O abade Charles-Michel de L'Épée (1712-1789) foi um educador filantrópico francês que ficou conhecido como “Pai dos Surdos” e também um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais. “Reconheceu que a língua existia, desenvolvia-se e servia de base comunicativa essencial entre os Surdos”. L'Épée teve a disponibilidade de aprender a Língua de Sinais para poder se comunicar com os Surdos. Criou a primeira escola pública no mundo para Surdos em Paris, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1760. L'Épée fazia demonstrações de seus alunos em praça pública, assim arrecadava dinheiro para continuar seu trabalho. Estas apresentações consistiam em perguntas feitas por escrito aos Surdos, confirmando que seu método era eficaz. L'Épée tinha grande interesse na educação religiosa dos Surdos e sabia que para isso era importante que fosse desenvolvida uma forma de comunicação que fizesse os conhecimentos sagrados possíveis. L'Épée referia-se à Língua de Sinais com respeito e a obra mais importante dele foi publicada em 1776 com o título: *A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos*. (HONORA, 2009, p. 21-22).

Percebe-se que nesse período tem alguns métodos para o processo de inclusão dos surdos, mas ainda não é inclusão. Para Idade Contemporânea as mudanças vão ser mais prósperas devido a fundação de várias escolas. Foram criados congressos para analisar qual seria o melhor método para o processo de ensino, aprendizagem e socialização para os surdos. O I Congresso foi realizado de forma positiva e com uma metodologia que ajudaria os surdos, porém, só foi colocada em prática até votação do II Congresso, realizado dois anos depois, onde causou alguns transtornos para o desenvolvimento e participação dos surdos na sociedade. Segundo Honora (2009, p. 24):

As instituições de educação de surdos se disseminaram por toda Europa, e em 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, instituindo que o melhor método para a educação dos surdos consistia na articulação com leitura labial e no uso de gestos nas séries iniciais. Esta determinação somente durou dois anos, pois em 1880, em Milão, ocorreu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos, que promoveu uma votação para definir qual seria a melhor forma de educar uma pessoa Surda. A partir desta votação com os participantes do congresso, foi recomendado que o melhor método seria o oral puro, abolindo oficialmente o uso da Língua de Sinais na educação dos Surdos. Vale ressaltar que apenas um Surdo participou do congresso, mas não teve direito de voto, sendo convidado a se retirar da sala de votação.

As determinações do II Congresso realizado na cidade de Milão contribuíram para pôr fim no desenvolvimento da língua de sinais e voltar com o método do oralismo, no qual o surdo devia aprender a falar para se comunicar. Segundo Honora (2009) as determinações do Congresso foram: “a fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado (p. 25). Houve a proibição do uso dos sinais durante 80 anos e com passar do tempo notaram que foi um insucesso para a pedagogia dos surdos e também para a socialização.

Os Surdos que não se adaptavam ao Oralismo eram considerados retardados. Não era respeitada a dificuldade de alguns Surdos por causa de sua perda de audição severa e profunda. As pessoas somente estavam interessadas em fazer com que o Surdo fosse “normalizado” e que desenvolvesse a fala para que assim ninguém precisasse mudar ou sair da sua situação confortável. Quem deveria mudar era o Surdo. O que não se entendia é que, para a grande maioria deles, não era organicamente possível. (HONORA, 2009, p. 26).

Depois do método sem sucesso, o oralismo não era mais reconhecido como uma metodologia positiva para a educação dos surdos. No ano de 1970, a língua de sinais voltaria a ser utilizada para a aprendizagem e socialização dos surdos com a ajuda de Simon e Binet, assim afirma Honora (2009):

Na primeira avaliação sistemática do método oral, Binet e Simon (dois psicólogos criadores do teste de quociente de inteligência) concluíram que os Surdos não conseguiam realizar uma conversação, só podiam ser entendidos e entender aqueles a quem estavam acostumados. O uso de Sinais só voltou a ser aceito como manifestação linguística a partir de 1970, com a nova metodologia criada, a Comunicação Total, que preconizava o uso de linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo. (HONORA, 2009, p. 26).

Depois de algumas experiências para o processo de ensino e aprendizagem dos surdos, prevalece nos dias atuais como método mais eficaz o Bilinguismo, que usa como língua materna para os surdos a língua de sinais respectiva de cada país, no caso do Brasil a chamada Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, e como segunda língua, a linguagem escrita respectiva de cada país, no caso do Brasil a Língua Portuguesa Escrita.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL E SUAS RESPECTIVAS CONQUISTAS POR MEIO DAS LEIS

O processo histórico da educação dos surdos no Brasil é de grande complexidade. O país obedeceu a burocracias ligadas a França em relação a algumas vertentes ou filosofias que eram desenvolvidas na época. O desenvolvimento inicial para a educação dos surdos no Brasil é referente ao século XIX, e trouxe grandes contribuições para esses indivíduos que ao longo da história foram rejeitados pela sociedade.

2.1 Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo: As três vertentes pedagógicas utilizadas para a educação dos surdos

No decorrer da história da educação dos surdos, foi muito discutido qual seria o melhor método para o desenvolvimento da comunicação desses indivíduos para um melhor relacionamento social e educacional. Desde a Antiguidade devido a forma preconceituosa em que os surdos eram submetidos até meados do século XX com a chegada da Língua de Sinais, ocorreram várias reuniões, discussões em relação a métodos e até mesmo tentativas de

experiências para descobrirem e entenderem o que causava a surdez de fato e qual o melhor método para que a pessoa com essa deficiência tivesse um processo de integração na sociedade.

Para que tais avanços ocorressem haviam algumas técnicas impostas para estimular o ouvido e a fala, através de exercícios e estímulos dos lábios e da língua. Com isso oficialmente falando foi instituído o oralismo ou oralidade que defendia que a fala e a forma escrita são de grande importância para a comunicação da pessoa surda, para isso o indivíduo devia rejeitar a surdez, ou seja, se comportar como se não fosse deficiente auditivo. O oralismo na realidade tinha como principal objetivo integrar o surdo no mundo dos ouvintes, Sá (1999, p. 69) explica sobre o assunto:

Visa capacitar a pessoa surda a utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo a que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo o processo educacional. A língua na modalidade oral é, portanto, meio e fim dos processos educativo e de integração social.

Essa vertente tenta normalizar a linguagem, desejando que o surdo domine a língua oral para que ele de fato possa parecer um indivíduo como os outros, pois, todos deviam ter a voz para se comunicar e se sai desses padrões fica grotesco para o campo social, para Souza os sinais e os gestos não poderiam ser considerados acessórios:

Gestos ou sinais, não importa de que natureza fossem, eram e ainda são considerados acessórios, dependentes da fala e/ou inferiores a ela do ponto de vista simbólico. O oralismo defende essencialmente a supremacia da voz, transformando-a em nuclear do que consideram ser o “tratamento educativo interdisciplinar” da pessoa surda (SOUZA, 1998, p. 04).

O oralismo predominou de forma única para a educação dos surdos durante muito tempo e até os dias atuais é utilizada em algumas instituições. Foi criticado em meados do século XIX através de Congresso Internacional de Surdos-Mudos, pois, passou a ser sustentado que a melhor maneira de ensinar o surdo era a combinação com a leitura labial juntamente como o uso de gestos. Com essa filosofia ficava claro que a grande importância era que os surdos se comunicassem de forma livre e não apenas sendo imposta pelo método oral.

As instituições de educação de surdos se disseminaram por toda Europa, e em 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, instituindo que o melhor método para a educação dos surdos consistia na articulação com leitura labial e no uso de gestos nas séries iniciais. (HONORA, 2009, p. 24).

Essa metodologia ficou conhecida como Comunicação Total, que significa o uso de qualquer recurso que os surdos queiram utilizar para ter a comunicação de forma efetiva e entendida pelos ouvintes. A comunicação total é uma pedagogia que incentiva a prática de

várias estratégias possíveis para o ensino dos surdos para isso todos os métodos possíveis eram validos: “uso de sinais (ítems da LIBRAS), emprego de sinais criados para marcar aspectos gramaticais da língua oral, o desenho, a dramatização, o treino auditivo, a estimulação dos órgãos fonoarticulatórios, a escrita, a expressão corporal...” (Souza, 1998).

A Comunicação Total é defendida pelo fato de fomentar incentivos à comunicação aproveitando, quando válidas, as alternativas que as viabilizam quer por sinais acústicos, quer por sinais visuais. Ela não exclui, entre outras técnicas e recursos, a estimulação auditiva, a adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual, a leitura labial, a oralização, a leitura e a escrita (CICCONE, 1996).

Embora houvesse grande discussão no meio pedagógico para qual seria a melhor vertente para o processo de ensino e aprendizagem dos surdos e a Comunicação Total proporcionou novas possibilidades, dois anos mais tarde outro congresso foi realizado e volta do Oralismo se concretizou e a língua de sinais ou linguagem gestual saíram de cena.

[...] em Milão, ocorreu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos, que promoveu uma votação para definir qual seria a melhor forma de educar uma pessoa Surda. A partir desta votação com os participantes do congresso, foi recomendado que o melhor método seria o oral puro, abolindo oficialmente o uso da Língua de Sinais na educação dos Surdos. Vale ressaltar que apenas um Surdo participou do congresso, mas não teve direito de voto, sendo convidado a se retirar da sala de votação. (HONORA, 2009, p. 24).

O Congresso de Milão voltou com o método antigo, aquele mesmo que os surdos não se adaptaram, foi visto pela sociedade da época como um atraso no processo de ensino e aprendizagem dos surdos. Acreditava-se que os sinais não deviam ter preferencia algum, pois a fala é muito superior a ele para a educação dos deficientes auditivos:

- a fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos;
- o método oral puro deve ser preferido ao método combinado. A partir do 11 Congresso Internacional de Surdos-Mudos, o método oral foi adotado em vários países da Europa, acreditando-se que esta era a melhor maneira para o Surdo receber a instrução no ambiente escolar. (HONORA, 2009, p. 25).

Pode-se notar que os congressos realizados declararam sempre a superioridade para adotar os métodos para a instrução dos surdos, abrangendo todos implantando o oralismo.

O Bilinguismo surge por volta dos anos de 1970, sua base está na teoria no uso de duas línguas na qual na aquisição de uma comunicação onde o surdo usando a língua de sinais e a língua oficial do país facilidade a comunicação dentro das instituições de ensino.

Educação bilíngue envolve, pelo menos, duas línguas no contexto educacional. As diferentes formas de proporcionar uma educação bilíngue a uma criança em uma escola dependem de decisões político-pedagógicas. Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar, além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 18).

Na atualidade o bilinguismo é a vertente mais utilizada para o processo da educação dos surdos, ele não privilegia uma língua, mas dão direitos e condições ao indivíduo surdo poderem usar as duas línguas. Para Quadros e Schmiedt (2006) independente da condição de cada estado, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Pois para a existência do bilinguismo é necessário a existência da primeira língua, sendo assim o profissional que assumir esta tarefa tem a necessidade de aprender a língua brasileira de sinais. A educação bilíngue consiste num processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua seja a de sinais ou a oficial do país apresente seus valores sociais representados.

2.2 As vertentes educacionais utilizadas no Brasil para a educação dos surdos

A história da educação dos surdos no Brasil está relacionada ao período do Segundo Império no século XIX, com a chegada de um educador europeu, especificamente da França. Esse educador estudou no instituto de surdos em Paris e trouxe o alfabeto manual oriundo daquele país para o Brasil. Devido a esse fato a Língua Brasileira de Sinais tem grande influência na Língua Francesa de Sinais. Hernest Huet esse grande educador francês apresentou documentos importantes para Pedro Alcântara Filho até então imperador do Brasil Dom Pedro II, para construção de um prédio para sediar uma escola que pudesse educar os surdos no Brasil.

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu-se origem à Língua Brasileira de Sinais, com grande influência da Língua Francesa. Huet apresentou documentos importantes para educar os Surdos, mas ainda não havia escolas especiais. Solicitou, então, ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos — INES. (HONORA, 2009, p. 27).

No Brasil não havia escolas especiais, e no dia 26 de setembro de 1857 surgiu o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, que funciona até hoje com o nome intitulado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que é de grande importância para o Brasil.

A referente data de 26 de setembro, faz referência atualmente como o dia nacional dos surdos do Brasil, em homenagem as pessoas com deficiência auditiva do Brasil.

O instituto utilizava a Língua de Sinais, porém devido as determinações do Congresso Internacional de Surdos ocorrido na cidade de Milão na Itália, onde ficou explícito que o oralismo devia ser uma filosofia a ser seguida, o Brasil passou a adotá-lo e foi defendido pelo Dr. Menenez Vieira que acreditava ser um desperdício alfabetizar deficientes num país de analfabetos, assim, Honora destaca:

O Instituto inicialmente utilizava a Língua dos Sinais, mas em 1911 passou a adotar o Oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso Internacional de Surdos-Mudos de Milão. Dr. Menezes Vieira, que trabalhou no Instituto, defendia este método afirmando que nas relações sociais o indivíduo Surdo usaria a linguagem oral e não a escrita, sendo esta secundária para ele. Além disso, ele tinha como convicção ser um desperdício alfabetizar Surdos num país de analfabetos. (HONORA, 2009, p. 27).

O primeiro instituto voltado para a deficiência auditiva no Brasil ofertava 100 vagas para alunos do país, onde apenas parte delas eram financiadas pelo governo, que ofereciam de forma gratuita para os alunos. Muitas vezes os alunos participavam de oficinas com trabalhos práticos e tinham entre 9 a 14 anos de idade.

O Instituto tinha vagas para 100 alunos do Brasil todo e somente 30 eram financiadas pelo governo, que oferecia educação gratuita. Os alunos tinham de 9 a 14 anos e participavam de oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração. (HONORA, 2009, p. 27).

Ao longo do tempo passaram várias pessoas para a direção do instituto, todos obedecendo as normas e diretrizes do Congresso de Milão e normalmente não haviam entre os diretores algum profissional ligado a área da educação. Somente em 1951 que a professora Ana Rimoli de Faria Doria assume a direção do instituto depois de um século, embora tenha implementado cursos de formação para professores surdos a vertente continuou voltada para o Oralismo.

Em 1951, assume a direção do Instituto a Profa. Ana Rimoli de Faria Doria. O interessante é que após quase 100 anos de existência, essa era a primeira vez que um profissional da educação estava na direção deste Instituto. A grande inovação do período de sua gestão foi a implementação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos. Sendo o Instituto uma referência para todo o Brasil, recebia professores de todo o país para fazer o curso que tinha duração de três anos. A metodologia usada era toda voltada para o Oralismo. (HONORA, 2009, p. 27).

Sabendo que a obediência ao Congresso de 1880 era de grande importância, mas com a chegada dos anos de 1970 o Brasil conhece a filosofia da Comunicação Total através da educadora de surdos da Universidade de Gallaudet, Ivete Vasconcelos. E na década de 1980 com algumas fontes de pesquisa das professoras Eulalia Fernandes e Lucinda Ferreira Brito o

Bilinguismo passou a ser implantado no processo de ensino e aprendizagem da educação dos surdos

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e, na década seguinte, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilinguismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil. (HONORA, 2009, p. 28).

Na atualidade no Brasil permanecem as três vertentes enquanto métodos de ensino: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Embora a que está com mais ascensão seja o Bilinguismo que é o uso das duas línguas, a de sinais e a oficial do país (LIBRAS e Língua Portuguesa).

2.3 As principais leis e decretos para a inclusão dos surdos no Brasil

As leis que impulsionaram o direito dos surdos no Brasil indicam caminhos distintos e conquistados ao longo do tempo. Nos dias atuais as duas que predominam é a Lei de Libras 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, que apontam vários pontos importantes de direitos e deveres dos surdos, tanto no sistema educacional quanto ao inclusivo no que diz respeito ao meio social. Porém acompanhando o panorama histórico brasileiro mediante a essa realidade que influenciou muito nas lutas e conquistas dos direitos dos surdos, a primeira legislação que mencionou os indivíduos relacionados a surdez está no Código Civil Brasileiro de 1916 na lei nº 3.071 e no parágrafo 5º deixa claro:

“São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de 16 (dezesseis) anos;

II - os loucos de todos os gêneros;

III - os Surdos-Mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;

IV - os ausentes, declarados tais por ato do juiz” (CÓDIGO CIVIL, 1916).

Para os dias atuais percebe-se que os termos estão extremamente ultrapassados, pois fica claro o estigma e o preconceito apresentados nas palavras utilizadas. A Constituição Federal de 1988 no artigo 208 determina que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

No ano de 2002, surgiu a chamada Lei de Libras regulamentou a Língua Brasileira de Sinais e recebeu o número de 10.436. Reconheceu como meio legal e forma de comunicação e

expressão em que um sistema visual e motor tem uma estrutura gramatical própria e contém um sistema linguístico de transmite fatos e ideias para a comunidade surda.

Art. V - E reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais — Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único — Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras - a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, como estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Dessa forma, a lei deixa claro que a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como a segunda língua oficial do país e que pode ser utilizada pelas pessoas surdas, porém para que uma lei seja efetivamente cumprida, é necessária a criação de um decreto que a regulamente para que a lei até então fosse vista com a seriedade. No entanto foi criado do decreto 5.626/2005, que impulsionou em seus parágrafos e artigos o incentivo a inclusão da Libras como disciplina curricular:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

Incentivou a formação do professor de Libras e do instrutor aplicando de acordo com os cursos e a classificação da escolaridade:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput. Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. § 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no caput. Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação. (BRASIL, 2005).

O decreto ainda trata de assuntos de grande importância, como a formação dos tradutores e intérpretes de Libras; apresenta meios de grande importância sobre o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, além da garantia e o acesso a saúde em relação ao poder público e das empresas que detém concessão ou permissão aos serviços públicos, bem como o apoio e a difusão da LIBRAS. A Língua utilizada pelas pessoas surdas do Brasil, não é mímica e nem gesto, pois ela tem características próprias contendo cinco parâmetros importante, assim afirma Honora:

Para a confecção de um sinal na Língua Brasileira de Sinais, precisaremos usar os cinco parâmetros desta língua, que são: • Configuração das Mãos (CM): são as formas que colocamos as mãos para a execução do sinal. Pode ser representado por uma letra do alfabeto, dos números ou outras formas de colocar a mão no momento inicial do sinal. A Configuração das Mãos é a representação de como estará a mão de dominância (direita para os destros e esquerda para os canhotos) no momento inicial do sinal. Alguns sinais também podem ser representados pelas duas mãos. • Ponto de Articulação (PA): é o lugar onde incide a mão configurada para a execução do sinal. O ponto de articulação pode ser alguma parte do corpo ou o sinal poderá ser realizado num espaço neutro vertical (ao lado do corpo) ou espaço neutro horizontal (na frente do corpo). • Movimento (M): alguns sinais têm movimento, outros não, são sinais estáticos. Movimento é a deslocação da mão no espaço na execução do sinal. • Orientação ou Direcionalidade (O/D): é a direção que o sinal terá para ser executado. • Expressão facial e/ou corporal (EF/C): muitos sinais necessitam de um complemento facial e até corporal para fazer com que sejam compreendidos. A expressão facial são as feições feitas pelo rosto para dar vida e entendimento ao sinal executado. (HONORA, 2009, p. 42).

Os parâmetros são pontos de extrema referencia para a formação dos sinais que compõem a LIBRAS, a datilologia e as configurações fazem toda diferença para a transmissão de ideias para os surdos seja um fato ou palavra específica.

3 O ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS NO PERÍODO DA PRÉ-ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases da educação do Brasil de número 9.394 do ano de 1996 é o principal norte educacional do país, em se tratando de direitos e deveres sobre a educação brasileira. Nela é destacado de forma clara e concisa as etapas da educação básica e seus respectivos níveis, além de algumas alterações que para adaptações podem ocorrer ao longo do tempo.

Uma das mudanças significativas ocorridas foi a Lei nº 12.796/2013, que versa sobre a obrigatoriedade escolar para crianças com quatro anos de idade. A obrigatoriedade no acesso à Educação Infantil é um direito público e sua oferta deve ser obrigatória por meio do Estado. A lei altera a LDB de 1996 no artigo 6º, porém destacando-se a partir do 4º:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (BRASIL, 2013).

Diante dessas transformações o ensino obrigatório passou a ser imposto pela LDB a partir dos 4 anos de idade e como essa fase se caracteriza dentro do ensino básico o Atendimento Educacional Especializado deve acontecer caso necessário. A seguir será abordado esse processo em relação ao desenvolvimento e aplicação do ensino de LIBRAS para crianças de 4 a 5 como deve proceder mediante a visão de alguns autores.

Em relação às crianças surdas que chegam a escola no período da chamada pré-escola é necessário a presença de profissionais que tenham domínio da língua de sinais para formular as estratégias pedagógicas que serão necessárias para atender os alunos. A instituição de ensino deve organizar e promover meios para que a criança aprenda a Língua Sinais e Língua oficial do país, proporcionando aos alunos surdos contato com outros surdos para que vão se reconhecendo como parte integrante comunidade surda (LACERDA, 2009).

Quando se trata de inclusão na educação infantil parece ser um tabu a ser quebrado, embora o professor passe a dar mais atenção para a criança por causa de alguma deficiência outras crianças podem achar que são menos importantes. Dessa maneira, cabe ao educador criar métodos para que vivenciem o conceito de inclusão ainda pequenos, isso para todas as crianças que fazem parte desse processo, pois poderão ter a oportunidade de aprender desde cedo a respeitar os outros e seus limites e compreender como lidar com determinadas diferenças. Para Oliveira (2011, p. 256):

As modificações no cotidiano escolar necessárias para o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais nas creches e pré-escolas parte de duas considerações que são: a de que todas as crianças, sem exceção, têm eficiências e deficiências em suas formas de relacionar com o mundo e a de que devemos trabalhar para a ampliação de suas eficiências.

A etapa da educação infantil fornece a criança o seu desenvolvimento de forma integral quando se é trabalhada de maneira adequada, dessa forma, as crianças com Necessidades Educativas Especiais convivendo com outras crianças permitem com que elas superem

dificuldades. Machado (2008) afirma ser muito mais necessário do que leis é fazer com que isso se torne real.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino, e ainda, não justifica um ensino a parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem 'adaptadas' às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais. (MACHADO apud MANTOAN, 2008, p. 72-73).

Em meio as deficiências que os profissionais da educação podem encontrar na etapa da pré-escola, a surdez ou a deficiência auditiva pode ocasionar um pouco de desespero ou espanto nos educadores dessa faixa etária. Esse é um período da vida da criança em que ela aprende através do que ouve no local em que se encontra e assim adquirir a fala. Nas crianças surdas, este processo não tem como ocorrer, o que pode causar uma grande dificuldade na prática pedagógica docente desta sala.

Várias pesquisas nos dias atuais apontam contribuições de estudiosos, onde facilitaram o processo de linguagem e alfabetização destas crianças, mas requer um esforço por parte do educador para que isso ocorra de forma prazerosa e eficaz para o educando. Dessa forma, Carneiro em sua pesquisa afirma:

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus aspectos, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. [...] talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno. (CARNEIRO, 2012, p. 86).

Uma criança com surdez na sala de aula pode significar para muitos um problema, porém já o que difere das outras crianças é a ausência da audição, o que não deve ser considerado um motivo para que seja tratada de forma diferente em sala de aula. Duas vertentes são apresentadas para a resolução desse processo: a primeira é a criança com surdez que possui pais ouvintes; a segunda são as crianças surdas terem pais surdos. Na primeira situação, pode ocorrer de a criança surda não tenha desenvolvido um sistema de comunicação para com as outras pessoas e demonstre dificuldades para relacionar na pré-escola com colegas e professores. A segunda situação o educador deve adequar-se ou aprimorar este meio de comunicação com a criança. Em relação a essas duas realidades Reily (2024, p.124) afirma:

A maioria das crianças surdas é oriunda de famílias de ouvintes, pois a surdez congênita não exclusivamente é uma questão hereditária, sendo causada por doenças como rubéola, sífilis, toxoplasmose, alguns tipos de vírus e medicamentos usados pela gestante. Sendo assim, as crianças surdas, de famílias ouvintes, pouco têm acesso às conversas que ocorrem dentro de casa, e mesmo a atividade de contar histórias é pouco utilizada por pais de crianças surdas, já que elas não "ouvem". E quando as crianças chegam à escola, embora tenham já adquirido alguma linguagem desenvolvida em casa com a mãe e familiares, elas não apresentam uma língua na qual possam basear-se para aprender a ler e escrever. (REILY, 2004, p. 124).

O processo educacional das crianças surdas, na educação infantil mais especificamente na pré-escola, deve ser capaz de superar as dificuldades e transformá-las em oportunidades para que todas tenham a mesma participação de forma efetiva no processo de aprendizagem, uma vai aprender com a outra. Isso deve iniciar na disposição de local educativo ou inclusivo, onde possam observar que fazem parte do mesmo ambiente, pois esse local foi preparado pensando nelas e, por consequência, as práticas docentes farão diferença. Algumas práticas que podem auxiliar os educadores (pais e docentes) na alfabetização e no convívio durante a educação infantil e no período da pré-escola, segundo Karnopp (2001):

Sugestões de atividades na educação infantil para a prática do professor:

- a) Atividades de rotina em sinais;
- b) Brincadeiras e jogos em sinais;
- c) Realização de experiências em sinais;
- d) Hora do conto em sinais;
- e) Passeios conduzidos por adultos surdos;
- f) Atividades diversas com as comunidades surdas locais;
- g) Conversas com diferentes pessoas da comunidade;
- h) Jogos dramáticos.

As atividades fazem total diferença para o desenvolvimento didático e social da criança na unidade de ensino, o docente tem a responsabilidade de conduzir de forma efetiva. Karnopp (2001) ressalta também a importância do envolvimento dos pais:

Sugestões de atividades para pais (responsáveis) praticarem em casa com as crianças.

- a) Conversar com as crianças em libras, mesmo que ainda não tenham aprendido para incentivar e ajudar no aprendizado;
- b) Ler histórias, antes de dormir ou em momento oportuno, em libras;
- c) Fornecer livros/revistinhas que tenham como linguagem a libras;
- d) Assim como a escola, sinalizar em casa os objetos ou lugares com cartazes escritos em libras.

O processo inclusivo das crianças necessita da união entre a família e escola, pois a partir daí se torna mais fácil o desenvolvimento do educando. Oportunizar um processo educativo eficiente, em meio à diversidade, é a forma mais eficaz de preparação para uma

pessoa consciente de suas fragilidades e capacidades, treinando-a para enfrentar as dificuldades e respeitar as habilidades.

A ludicidade é um recurso de auxilia o meio didático-pedagógico nessa fase e eleva o desenvolvimento da aprendizagem. Estimular atividades lúdicas é fundamental para que a criança possa de forma natural adquirir sua língua materna. Vygotsky (1988), em seus estudos, afirma que, havendo a perda de um dos sentidos, os demais devem ser estimulados para que o processo de aprendizagem continue a se processar no sujeito e, assim, o desenvolvimento psicocognitivo continue a se processar. A utilização de métodos que contribuam com aprendizagem visual, com utilização de jogos e brincadeiras, trará resultados positivos na educação da pessoa surda (Quadros, 2004; Souza; Silva, 2010; Pimentel; Sabino, 2016; Silva, 2016).

Segundo Pereira (2009) o uso de figuras é o método ideal para o desenvolvimento e aprendizagem dos sinais, pois a criança vai assimilando a figura ao sinal. Segundo Svartholm (1998): A única forma de assegurar que os textos se tornem significativos para os alunos surdos, é interpretá-los na língua de sinais, em um processo semelhante ao observado na aquisição de uma primeira língua. (apud PEREIRA, 2008, pg. 208). O que para as crianças de 4 a 5 anos de idade leva um processo que pode ter ajuda do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Para Damázio (2007) o trabalho pedagógico com crianças surdas nas escolas comuns deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue e que tenha um espaço que utilize a Língua de Sinais e a Portuguesa. Um período adicional de horas de estudos para a execução do AEE, que possui três importantes momentos didático-pedagógicos:

Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa. (DAMÁZIO, 2007, p. 25).

O atendimento constitui um dos momentos mais importantes para os alunos, deve ocorrer diariamente, em horário contrário as aulas com muito recurso de imagens:

O atendimento ocorre diariamente, em horário contrário ao das aulas, na sala de aula comum. A organização didática desse espaço de ensino implica o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de referências que possam colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo, na sala de aula comum. Os materiais e os recursos para esse fim precisam estar presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado, quais sejam: mural de avisos e notícias, biblioteca da sala, painéis de gravuras e fotos sobre temas de aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades e outros. (DAMÁZIO, 2007, p. 26).

No AEE em Libras deve ser repleto de figuras e imagens para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem na escola comum, o ideal é que estava de acordo com conteúdo curriculares, como afirma Damázio.

O Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo. Nesse atendimento há explicações das idéias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum. Os professores utilizam imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como o teatro, por exemplo. Os recursos didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos curriculares são também utilizados no Atendimento Educacional Especializado em Libras. (DAMÁZIO, 2007, p. 29).

O atendimento para a criança deve ser planejado a partir do diagnóstico do aluno, o professor deve preparar o atendimento educacional respeitando as especificidades da Libras, principalmente tendo cautela com termos concretos.

É necessário, porém, a valorização da ludicidade para a aquisição da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil o que fica bem mais eficaz estando em ligação com o Atendimento Educacional Especializado e que tenham profissionais com formação para atender essas crianças.

CONCLUSÃO

O estudo realizado na pesquisa foi abordado o significado da surdez, que nos dias atuais é considerada uma deficiência no sentido auditivo, que é reconhecido pela medicina através de diagnósticos clínicos. Abordou-se as causas da deficiência auditiva enquanto surdez, onde na atualidade é possível saber o que provoca tal deficiência.

A pesquisa apresentou a fisiologia da audição, explicando como é possível o cérebro captar o som por meio do ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno, que são de suma importância para o desenvolvimento auditivo do ser humano.

Por intermédio da história da educação dos surdos na qual a pesquisa abordou o contexto da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna demonstra que os Surdos não tinham direitos mediante a sociedade e somente depois de vários séculos a sociedade passou a vê-los de outra maneira. Surdos eram impedidos de se casarem e até mesmo receber herança, porém a

influência da religião católica e a ciência desenvolveu na questão social e no pedagógico novas vertentes de pensamentos e análises sobre tal questão.

No Brasil, a educação dos surdos teve que acompanhar os decretos estabelecidos pelos Congressos realizados na Europa, percebe-se nesse ponto que a pedagogia do Oralismo foi implantada no Brasil devido a influência dos resultados que no ano de 1880 foram impostos pelo II Congresso, que extinguiu a Comunicação Total, trazendo um retrocesso no processo de ensino e aprendizagem dos surdos e de certa forma impedindo o seu convívio social no sentido de serem entendidos a sua maneira. O oralismo tinha como objetivo normalizar os surdos, para que os mesmos não fossem excluídos da sociedade, porém, era uma falsa realidade.

Portanto, nota-se que o Bilinguismo que significa o uso de duas línguas (Libras e a Língua Portuguesa) é o meio mais adotado nos dias atuais para a educação dos surdos. As leis foram criadas para amparar os direitos dos surdos um dos exemplos é Lei 10.436/2002 considerada a Lei de Libras deu um início a um processo de inclusão de uma forma mais aceitável.

Com do Decreto 5.626/2005 regulamentou a Lei de Libras, para que entrasse em vigor todos os meios legais nela descritos, fazendo com que alguns cursos de formação tivessem acesso a língua de sinais do país.

A pesquisa abordou de forma clara e concisa os meios pedagógicos para o ensino de Libras na pré-escola, fica claro que a ludicidade é fator decisivo para a eficiência da aprendizagem. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é de extrema importância nesse processo, pois através dele os recursos pedagógicos estão mais acessíveis e os profissionais normalmente são qualificados.

O ensino da Libras para os alunos de 4 a 5 anos devem ser aplicados de forma lúdica através de jogos e brincadeiras, sempre associando o abstrato ao concreto por meio da linguagem de sinais. Os profissionais devem estar preparados e realizarem com frequência formações continuadas para que processo de ensino e aprendizagem ganhe mais respaldo e tragam novas ideias para esses alunos que necessitam de inclusão.

REFERENCIAS

ALVES, Edilania Reginaldo. **Caracterizando a surdez: fundamentação para intervenções no espaço escolar**. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB. 2012.

_____. Lei 10.436, Presidência da República, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002.

BRASIL. Secretária de Educação Especial. SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos** (Série: Saberes e Práticas da Inclusão). Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto Nº **5.626**. Regulamenta a **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005. Acesso em 16 de outubro de 2018

_____. LEI 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília DF. 1996
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

_____. Constituição Federal. 1988 disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm, consultado em 12 de setembro de 2019, às 14h27.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil**. Práxis Educacional. Vitória da Conquista, vol. 8, n.12, p 81-95, jan/jun 2012.

CICCONE, M. **Comunicação total**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm, consultado em 12 de setembro de 2009.

DAMÁZIO. Marlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com surdez**. SEEP/SEED. Brasília – DF. 2007.

DUARTE. ANDRÉA R.; SILVA. ELIAS O. DA. **Surdez Genética: uma revisão sucinta**. Jornal do Pediatra, Recife. 1995.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KARNOOP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. **Educação infantil para surdos**. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite. (org.). **A Criança de 0 a 6 Anos e a Educação Infantil: um retrato multifacetado**. Canoas, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Ana Lucia do. **As primeiras aprendizagens da criança surda**. 2010.154f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) - Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Simone Rodrigues. **Os Processos de Alfabetização e Letramento em LIBRAS: um percurso semiótico** / Simone Rodrigues Pereira. Bebedouro: Fafibe, 2009.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas**. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (orgs.). **Temas em Educação Especial IV**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. p. 55-61

QUADROS, Ronice Müller de. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

REILY, Lucia Helena. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**. 4ª Ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.

SÁ, E. S. de et alii, **Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais**, Petrópolis, Vozes, 1999.

SANTOS, C.; LIMA, P.; ROSSI, P.; **Surdez: Detecção e diagnóstico**. In: SILVA, R. I.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, M. Z. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje”**. São Paulo: Cedas, 1987. In: CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: A Realidade Brasileira Cria, Recupera e Discrimina**. Brasília: MEC/Secretaria dos Desportos, 1991.

SILVA, Sandra Maria Gonçalves Fernandes da. **Classes Bilíngues para alunos surdos em escolas inclusivas – Modelo de Referência em Pernambuco**. Monografia – (Curso de Especialização). Faculdade de Santa Helena, Recife, 2009.

SOUZA, R. M. - **Que palavra te falta? Linguística, educação e surdez**, 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (orgs.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 2ª ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.

Enviado em: 28/04/2021.

Artigo pré-aprovado nas bancas de defesa do curso de Pedagogia da turma 2020/2.